



ANÁLISE DE ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES DA ASSOCIAÇÃO DO ENTRE RIOS (AMERIOS) POR MEIO DE INDICADORES

Carolina de Souza Ataide, Instituto Federal do Paraná, carolinadesouzaataide@gmail.com

Aline Beatris Skowronski da Silva, Instituto Federal do Paraná, aline.skowronski@ifpr.edu.br

Ana Claudia Marangoni Batista Campana, Instituto Federal do Paraná,

marangoni.arq@gmail.com

Ana Priscila de Oliveira Boa Sorte, Instituto Federal do Paraná, boasorteboni@gmail.com

Josiane Barbosa Gouvêa, Instituto Federal do Paraná, josiane.gouvea@ifpr.edu.br

Máriam Trierweiler Pereira, Instituto Federal do Paraná, mariam.pereira@ifpr.edu.br

Resumo

Hodiernamente, a noção de cultura se distancia da realidade. Por conta do modelo socioeconômico vigente, a cultura passou a ser vista como mercadoria e seu acesso está diretamente ligado às ações do poder público em relação ao planejamento urbano, sendo que a maioria dos projetos culturais privilegiam determinados setores da população. Assim, o presente artigo visa analisar os aspectos culturais dos municípios paranaenses da Associação Entre Rios (AMERIOS), a partir dos indicadores de cultura do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades do Brasil (IDSC-BR). A metodologia utilizada foi de abordagem quanti-qualitativa de natureza aplicada, com coleta de dados a partir de pesquisa documental e análise qualitativa. Considerando o método utilizado pelo IDSC-BR, baseado em cores que deixam a classificação dos indicadores mais visual, observou-se que o tamanho do município ou a quantidade de habitantes não influencia na presença ou ausência de equipamentos culturais, visto que cidades da AMERIOS consideradas maiores, apresentam-se no limiar vermelho, enquanto outras consideradas pequenas, apresentam-se no limiar verde ou que ainda há poucos desafios a serem atingidos. No geral, as análises feitas evidenciam que há ainda pouco investimento da região no setor cultural e que outras pesquisas qualitativas devem complementar os resultados obtidos.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; objetivos de desenvolvimento sustentável; ODS; planejamento urbano; sustentabilidade.

1. Introdução

O planejamento urbano brasileiro esteve atrelado às propostas internacionais de reforma urbana, como as europeias, enfatizando soluções estetizantes ou higienistas, vigentes até hoje, como o higienismo sanitaria (1890-1930), higienismo universalista (1930-1990) e higienismo ambiental (1990-2020) (FARIA FILHO; ALVIM, 2022). O século XX apresenta, então, problemas sociais com ação concomitante entre os eventos de embelezamento urbano, com

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

desmonte de territórios e a ocupação das periferias das cidades pelas pessoas que os ocupavam, e de planejamento de novas cidades, como Goiânia, Brasília e Palmas, que não inseriram seus trabalhadores como futuros moradores do projeto implantado (MORAES, 2003).

Esses processos de exclusão, aliados à intensa urbanização que permeou a década de 1970, promoveram movimentos nacionais em prol da reforma urbana que culminaram, em 1988, em um parágrafo sobre a política urbana na Constituição Federal. Desde então, a luta pela igualdade no acesso à terra e às oportunidades de lazer e cultura vem aumentando o debate sobre o planejamento e seus reflexos na cidade que, no país, nunca chegou a se consolidar. Fazem parte do rol das políticas desenvolvidas para a questão urbana o Plano Diretor e, desde 2001, o Estatuto da Cidade, que regulamenta a Constituição Federal e apresenta instrumentos potentes para qualificação dos espaços urbanos, regularização fundiária e promoção do uso da terra de maneira socialmente justa (BRASIL, 2001).

Apesar disso, o projeto que predomina no país ainda é regido pelas forças do capital, chegando ao século XXI colhendo os frutos dos grandes projetos urbanos que continuaram privilegiando setores específicos da cidade, como os *shoppings centers* e os centros de eventos, inacessíveis a toda população (ROLNIK, 2015). Esses projetos vêm utilizando, sem ressentimentos, a cultura como o grande produto a ser colocado à venda no mercado do *marketing* urbano (ARANTES, 2009). A ideia de competição entre cidades também tem promovido grandes perdas, muitas delas justificadas a partir da imposição de elementos culturais que pouco ou nada se relacionam com a cultura local, como nos processos de gentrificação e enobrecimento, que valorizam setores urbanos “degradados” e não colaboram para a manutenção ou inserção igualitária da população nestes novos espaços (ZUKIN, 2000).

Sabe-se que a difusão do acesso da cultura aos cidadãos é importante, no entanto, o poder público não dedica a atenção desejada para o setor, que não se restringe somente à geração de empregos, mas também a formação social dos brasileiros (SIMIS, 2007). Por meio de políticas públicas, o Brasil caminhou em direção ao desenvolvimento humano visando alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) assinado em setembro de 2000, que apesar de não ter sido atingido ao final de 2015, passou por progressos significativos. A partir de 2015, surgiram os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), construídos a partir dos ODM, incluindo novos temas, e interconectando um ODS com o outro. Ao todo, totalizam 17 objetivos, com 169 metas estabelecidas e seus respectivos indicadores. Ainda, estimulam os países a tomarem iniciativas com relação a áreas fundamentais para o planeta e a humanidade, retomando o conceito de pensar globalmente e agir localmente, até 2030 (ONU BRASIL, 2023).

Com base no ODM de educação básica de qualidade para todos, foi criado o ODS 4 – Educação de Qualidade. Ele apresenta a Meta 4.7, que trata de uma educação voltada para a promoção da cultura da paz, a valorização da diversidade cultural e o reconhecimento da contribuição da cultura no desenvolvimento sustentável (ONU BRASIL, 2023). Para o atingimento ou acompanhamento dessas metas, foram criados indicadores de sustentabilidade.



Dentre as plataformas virtuais que agregam os indicadores dos ODS, está o Instituto Cidades Sustentáveis (ICS), que atua em prol do desenvolvimento sustentável das cidades, com iniciativas que visam a melhoria da qualidade de vida das pessoas alinhadas aos ODS. Ademais, como uma vertente do ICS, tem-se a plataforma do Programa Cidades Sustentáveis (PCS), que serve para apoiar os municípios na implementação dos ODS e da Agenda 2030 em nível local. O programa divulga e disponibiliza conteúdos, metodologias, bancos de dados nacionais e internacionais, metas, indicadores e exemplos de boas práticas para ajudar os municípios a alcançar um desenvolvimento mais sustentável. Além disso, o PCS desenvolveu o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades do Brasil, o IDSC-BR, que incentiva os municípios brasileiros no cumprimento dos objetivos e metas da Agenda 2030, apresentando 100 indicadores temáticos, e fornecendo uma perspectiva geral e integrada da situação das cidades. Com relação à meta 4.7, o PCS criou um indicador de cultura, calculado como o número dado pela relação de centros culturais, espaços e casas de cultura, públicos e privados, por 10 mil habitantes do município (PCS, 2023).

Como fonte de pesquisa, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibiliza uma plataforma virtual com informações básicas municipais, o MUNIC, que fornece dados sobre perfil dos municípios brasileiros, sendo dividido em nove critérios: informações do atual prefeito, recursos humanos por vínculo, legislação e instrumento de planejamento, educação, cultura, esporte, saúde, COVID-19 e variáveis externas. Com relação à cultura, o IBGE reúne dados sobre a gestão; o Plano Municipal de Cultura (PMC); o Conselho e fundo municipal da cultura; o apoio, reforma e modernização do setor; os meios de comunicação; os equipamentos culturais; bem como o orçamento e a aplicação da Lei Aldir Blanc (IBGE, 2021).

Pelo contexto apresentado, é de extrema importância o levantamento de equipamentos comunitários culturais em regiões afastadas de grandes centros urbanos e metropolitanos, como o interior dos Estados. Ainda que os indicadores não tenham sensibilidade subjetiva, o estudo quanti-qualitativo é fundamental para o início de discussões mais aprofundadas.

Dessa maneira, o objetivo deste trabalho foi analisar os aspectos culturais dos municípios que compõem a Associação do Entre Rios (AMERIOS) por meio de indicadores.

2. Fundamentação teórica

O conceito de cultura abrange os costumes, hábitos, crenças, valores e outras formas de expressão que engloba a identidade de um grupo de pessoas, sendo a soma dos conhecimentos e experiências adquiridos ao longo do tempo, seja por sua individualidade ou pelo contato com outros ideais. Os significados comuns da cultura estão associados à educação e formação escolar, às manifestações artísticas, aos meios de comunicação em massa, às crenças, ao modo de vestir, à comida e ao idioma, podendo englobar ainda mais aspectos sociais da humanidade. As manifestações culturais agrupam todas as formas de expressão da sociedade, não sendo



limitado somente ao meio artístico, mas ao todo que completa sua história (EDUARDO, CASTELNOU, 2007).

A noção do termo cultura, como tal se conhece, foi um processo gradativo no qual diversos estudos sobre o assunto incorporaram outras definições. De acordo com Peter Burke (2008, p. 32),

O termo cultura costumava se referir às artes e às ciências. Depois, foi empregado para descrever seus equivalentes populares — música folclórica, medicina popular e assim por diante. Na última geração, a palavra passou a se referir a uma ampla gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversar, ler, jogar).

A noção de cultura foi importante para os estudiosos que buscavam elementos na composição de uma nação com uma única cultura e identidade, o que uniu a população no sentido de pertencimento e questões que envolvem o nacionalismo e patriotismo. Esta criação de uma cultura única foi benéfica ao Estado no sentido de criar políticas para manter a coesão nacional. Para Hall (2006, p.30), “a formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como meio dominante de comunicação em toda a nação (...)”.

Embora a noção de cultura nacional tenha sido importante para os estudos sociais, alguns estudiosos contestam o caráter de cultura única em um país. No Brasil, por exemplo, diversos pesquisadores ressaltam culturas distintas, sejam regionais ou devido à imigração. De acordo com Bosi (1992, p. 1), “pode-se passar da raça para nação, e da nação para a classe social (cultura do rico, cultura do pobre, cultura burguesa, cultura operária), mas, de qualquer modo, o reconhecimento do plural é essencial”. No mesmo sentido, Munanga (2022, p. 117) aponta para a importância do “respeito e reconhecimento das diferenças, centradas na formação de uma nova cidadania mediante uma pedagogia multicultural”. O autor salienta ainda que não se sustenta mais a ideia de que uma sociedade deva ter uma identidade cultural única. Desta maneira, conforme aponta Fischer (2007) as tradições garantem uma certa continuidade simbólica, no entanto a hibridização cultural caracteriza os novos tempos.

Da mesma forma, a cultura permeia o campo educacional, podendo ser benéfica para a população. Para Bauman (2012, p. 241), “a cultura, portanto, é o inimigo natural da alienação. Ela questiona constantemente a sabedoria, a serenidade e a autoridade que o real atribui a si mesmo”. Para Bourdieu (2005) um dos aspectos que influenciam no posicionamento de um indivíduo no campo social é o capital cultural que este possui. No entanto, é fundamental compreender que a instituição escolar pauta as suas ações a partir da reprodução, muitas vezes se adequando ao que o modelo capitalista dela espera. Logo, o capital cultural destinado e possível aos diferentes grupos sociais também se distingue a partir de tais posições. É necessário, portanto, um cuidado no sentido de não hierarquizar as produções culturais a partir do local no qual estas surgem ou se disseminam.

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS 2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

GOVERNADORIA PUC-CAMPINAS EESC - USP COMITÊS PCJ Agência das Bacias PCJ

Outros estudiosos demonstram o caráter negativo da cultura, e isto deve-se ao fato do poder da indústria cultural na disseminação de ideologias e na transformação de bens culturais em produtos culturais (SARAIVA, 2007). A dominação, portanto, não ocorre pelo uso da força física, mas por meio de símbolos, como a cultura, a fim de disseminar os conceitos que a classe dominante quer para perpetuar-se no controle das massas. Para Bourdieu (2011, p. 11), “a cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante [...] para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, a desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas [...]”.

Neste sentido, o espaço urbano possui uma variedade de grupos e classes sociais com aspectos divergentes, espelhando no plano cultural do país (SANTOS, 1994). Os conflitos de relação de poder na urbe aumentaram conforme ocorreram as transformações políticas e sociais, que dividiram a humanidade em grupos que colaboram para a desigualdade social (SANTOS, 1994). O estudo da cultura colabora com a luta contra preconceitos, em favor do respeito e igualdade entre as relações humanas (EDUARDO, CASTELNOU, 2007, p. 109). Para a Unesco, a diversidade cultural é considerada uma condição prévia crucial para sociedades pacíficas (UNESCO, 2022). À luz do exposto, a cultura e suas manifestações tornam-se ferramentas cruciais para a luta contra a desigualdade e por um ambiente menos violento para as pessoas se relacionarem.

Ao mesmo tempo que o consumo cultural se faz necessário, não são todos os que possuem o acesso facilitado a esse tipo de manifestação. O espaço urbano atual, em geral, não é um local de troca de conhecimentos e da união social e cultural, tornando-se o fomentador da segregação espacial que interpreta de teorias urbanísticas de forma inadequada, afastando grande parte da população das manifestações culturais (SECCHI, 2009 apud PEIXOTO *et al.*, 2019). A prática urbanística antiética afastou parte da população, definindo os locais que frequentam de acordo com o poder aquisitivo, distanciando esses grupos dos equipamentos públicos essenciais para a formação individual (PEIXOTO *et al.*, 2019). De acordo com a Lei nº 6.766 (BRASIL, 1979), os equipamentos públicos comunitários são os relacionados à educação, cultura, saúde, lazer e similares, como escolas, museus, teatros, bibliotecas, pontos turísticos, parques, praças, centros esportivos, postos de saúde, hospitais, essenciais para a formação social.

Sendo assim, é importante uma certa quantidade desses equipamentos para atender a demanda populacional dentro dos municípios. Porém, com a falta de equipamentos nas cidades que abriguem seus habitantes, ou que não esteja ao alcance de todos como demanda o direito do cidadão, parte da população é distanciada do setor cultural. Esse fato tende a afetar os grupos marginalizados, que não possuem acesso a um transporte público de qualidade; não possuem os meios para usufruir das atividades culturais, uma vez que essas se tornam elitistas; além da desmotivação pela falta de incentivo nas escolas por parte dos planos de educação.

Desta maneira, a segregação social propositadamente estruturada pelo planejamento urbano e a falta de acesso à cultura hegemônica afetam o espaço urbano e apresentam como

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS 2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito

resposta e manifestação de resistência a cultura de periferia, que é muitas vezes associada a movimentos artísticos como o grafite, *funk*, *rap*, *hip hop*, e a prática de esportes, como o *skate*. Isso ocorre porque “os grupos culturais tematizam sua identidade a partir do pertencimento aos territórios periféricos das grandes cidades” (TOMMASI, 2017, p. 15), servindo como forma de expressão e resistência social.

Os estilos musicais como *funk*, *rap* e *hip hop* contribuem para o processo de reconhecimento das periferias na cidade, pois é comum a retratação do dia a dia nessas comunidades. Além da divulgação cultural, a música pode beneficiar economicamente os artistas e alguns conseguem projeção nacional e internacional. Para Oliveira (2021, p. 143),

O funk, para o descontentamento de uma elite conservadora, que costuma ditar as regras do que devemos ou não consumir, é hoje parte integrante do patrimônio cultural brasileiro, pois além de um ritmo musical, trata-se de uma arte em construção que transcreve um estilo de vida e o empoderamento de uma cultura, anteriormente, socialmente excluída.

Os esportes também favorecem as periferias e fortalecem a cultura local, promovendo a integração, a solidariedade, o respeito e a saúde. Para Dias (2011),

A prática do *skate* parece possibilitar ao jovem a sensação radical de evasão do mundo das condutas generalizadas e homogeneizadas. (...) a prática dos esportes radicais aparece como modo de reverter os conteúdos da sujeição e dominação e passa a revelar um potencial simbólico de subversão social, investidas de significados de resistência, busca por liberdade e individualização por parte dos jovens que as ostentam, desafiando o controle exercido pelas culturas dominantes (p. 53).

Para além da cultura da periferia, outra manifestação alternativa social é a prática da chamada economia criativa, ou seja, a capacidade de gerar lucros para uma região por meio da criatividade, da diversidade cultural local, da inovação, da inclusão social e da sustentabilidade (HOWKINS, 2012). Em todas as circunstâncias, observa-se o uso da tecnologia digital para a divulgação da cultura urbana, qualquer seja o sentido: do centro às periferias e das periferias ao centro, pois o acesso físico pode ser substituído pelo acesso virtual.

É necessário, portanto, que os gestores municipais estejam atentos à tendência global de inclusão urbana em todos os sentidos, seja física, cultural e digital. Dessa forma, pode ser possível atingir outras metas dos ODS, como preconizadas pelo ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis).

3. Metodologia

Este estudo teve abordagem quanti-qualitativa, de natureza aplicada e com objetivos exploratórios. A coleta dos dados foi do tipo documental para estudo de caso e a análise dos dados foi qualitativa.

O objeto deste estudo está localizado no noroeste do Paraná, conhecido como Associação dos Municípios de Entre Rios, ou AMERIOS. Essa associação foi criada com o intuito de

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito

fortalecer os atributos administrativos, econômicos e sociais dos 21 municípios participantes, sendo eles: Alto Paraíso, Alto Piquiri, Altônia, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Icaráima, Iporã, Ivaté, Maria Helena, Mariluz, Nova Olímpia, Perobal, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Tapira, Xambrê e Umuarama, o município sede (Figura 1).

Figura 1 - Mapa da AMERIOS



Fonte: AMERIOS (2023).

Para analisar o aspecto cultural desses municípios, foram identificados os indicadores de cultura do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades do Brasil (IDSC-BR). Essa estatística ocorre por meio da relação entre o número de equipamentos culturais da cidade e o número de habitantes a partir do MUNIC (IDSC-BR, 2018).

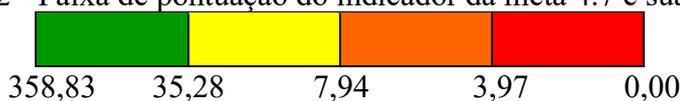
Para análise dos resultados dessa avaliação, foi utilizado o mesmo método do IDSC-BR, baseado em cores para tornar a classificação dos indicadores mais visual. A cor verde indica que a meta já foi atingida; o amarelo, que há alguns desafios para atingir; o laranja, que há desafios significativos; e o vermelho, que há grandes desafios para atingir a meta (ICS, 2023).

Para definir essas cores (verde, amarelo, laranja e vermelho), o IDSC-BR estabeleceu pontuações para cada indicador. Com relação à meta 4.7, a Figura 2 ilustra a faixa de pontuação e suas cores (ICS, 2020). O limite superior da faixa verde é dado pela média dos cinco melhores desempenhos de todos os municípios brasileiros e o limite inferior é o valor da média dos 80% melhores desempenhos de todos os municípios. O limite inferior da faixa amarela é dado pela



média dos 20% piores desempenhos dos municípios, e o limite inferior da faixa laranja é a metade deste valor.

Figura 2 - Faixa de pontuação do indicador da meta 4.7 e suas cores



Fonte: os autores, a partir de ICS (2020).

Portanto, o verde é atingido com pontuação igual ou maior do que 35,28; o amarelo, entre os valores de 7,94 a 35,28; o laranja é obtido com pontuação entre 3,97 e 7,94; e o vermelho é caracterizado por pontuação abaixo de 3,97.

4. Resultados

Os dados coletados pela pesquisa foram organizados e estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Pontuação da meta 4.7¹ e nível de desenvolvimento sustentável dos municípios da AMERIOS

Município	Limiar/ Nível de Desenvolvimento Sustentável	Estimativa de população em 2022 (habitantes)	Pontuação da meta 4.7 ²
Alto Paraíso	Verde	16.320	71,45
Alto Piquiri	Laranja	9.727	20,21
Altônia	Laranja	18.738	9,12
Brasilândia do Sul	Verde	3.708	73,56
Cafezal do Sul	Amarelo	4.473	24,51
Cruzeiro do Oeste	Amarelo	23.831	23,90
Douradina	Laranja	9.161	11,60
Esperança Nova	Verde	1.849	115,47
Francisco Alves	Laranja	8.116	16,39

¹ “Meta 4.7: Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável educação voltada para a promoção da cultura da paz, a valorização da diversidade cultural e o reconhecimento da contribuição da cultura no desenvolvimento sustentável” (PCS, 2023).

² “Fórmula de cálculo: (Número de centros culturais, espaços e casas de cultura públicos e privados ÷ População total do município) × 10.000” (PCS, 2023).

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito

Icaraíma	Laranja	8.991	12,46
Iporã	Laranja	15.746	14,21
Ivaté	Amarelo	6.831	24,61
Maria Helena	Amarelo	5.865	34,97
Mariluz	Vermelho	9.847	0,00
Nova Olímpia	Amarelo	5.833	34,57
Perobal	Laranja	7.189	16,42
Pérola	Laranja	11.878	17,95
São Jorge do Patrocínio	Verde	6.504	52,65
Tapira	Verde	5.745	35,82
Umuarama (sede)	Vermelho	117.095	3,62
Xambrê	Laranja	5.798	17,46

Fonte: os autores, a partir de IBGE (2022) e ICS (2023).

A priori, é possível observar dois municípios no limiar vermelho, Umuarama e Mariluz, indicando grandes desafios para serem alcançados. Segundo o IBGE (2022), o município de Umuarama conta com uma estimativa populacional de 117.095 habitantes e Mariluz possui 9.847 habitantes, portanto, o tamanho do município não é um fator determinante para a presença ou falta de equipamentos culturais, haja visto que Alto Paraíso, com população de 16.320 habitantes está no limiar verde.

Outras localidades com limiar verde são Brasilândia do Sul, São Jorge do Patrocínio, Tapira e Esperança Nova, sendo esta a menor cidade da AMERIOS e a que atingiu a maior pontuação do IDSC-BR (115,47).

As cidades no limiar amarelo foram Cafezal do Sul, Cruzeiro do Oeste, Ivaté, Maria Helena e Nova Olímpia. Destas, a maior cidade é Cruzeiro do Oeste com 23.831 habitantes.

Os outros nove municípios (Alto Piquiri, Altônia, Douradina, Francisco Alves, Icaraíma, Iporã, Perobal, Pérola e Xambrê), todos com menos de 20 mil habitantes, ainda apresentam desafios significativos, estando no limiar laranja.

De todos os municípios da AMERIOS, os que são obrigados por lei a elaborar Planos Diretores são os que têm mais de 20 mil habitantes, ou seja, apenas Umuarama e Cruzeiro do Oeste. Essa prerrogativa poderia sugerir maiores valores de IDSC-BR, porém verificou-se que também não há correlação.

Tomando a AMERIOS como uma unidade de planejamento, observa-se que 23,8% dos municípios atingiram a meta estabelecida no aspecto cultural e outros 23,8% têm alguns

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito

desafios para atingir. A maior parte, 42,9%, apresentam desafios significativos, e 9,5% têm grandes desafios para atingir a meta 4.7 o ODS 4.

Percebe-se que, no geral, na região estudada, há pouco investimento no setor cultural. De acordo com Melo (2005), as secretarias de esporte, lazer e cultura são as que recebem os menores investimentos nas negociações políticas. O setor da cultura, de acordo com Calabre (2009), pode ser unido com a da educação, gerando um desequilíbrio no recebimento de recursos financeiros, pois, usualmente, a educação recebe a maior parte da verba orçamentária deixando a cultura em segundo plano. Um dos fatores que podem levar a este desequilíbrio está relacionado à perspectiva econômica, tendo em vista que “a definição de políticas culturais, uma função pública por excelência, pois trata, antes de mais nada, de cidadania, esbarra na questão do mercado.”

Segundo Souza (2009, p. 401), a modernização das cidades brasileiras não leva em consideração as multidimensões culturais, sendo

deficiente, seletiva e periférica, porque jamais foi realizado aqui um esforço social e político dirigido e refletido de efetiva equalização de condições sociais das classes inferiores. A inclusão das classes inferiores no Brasil sempre for percebida - até pelos melhores como Florestan Fernandes - como algo que o mercado em expansão acabaria por incluir como que por mágica.

De acordo com Kauark (2020), mesmo que a criatividade e a cultura não consigam transmitir uma solução rápida para o desenvolvimento, estas são fontes capazes para criar novos mundos. O papel que a cultura desempenha é multifacetado contribuindo para melhorar o bem-estar e a autoestima tanto individual quanto coletiva. Na promoção do desenvolvimento humano ou na garantia da paz a distinção da cultura das demais fontes são seus benefícios intangíveis.

5. Conclusões

A análise realizada neste estudo mostrou que a região da AMERIOS, no geral, precisa se desenvolver nos aspectos culturais e ainda tem desafios significativos para superar. Ainda que os índices levantados sejam apenas de equipamentos culturais, constatou-se que são insuficientes para a população das localidades. É preciso, pois, que os gestores dos municípios da AMERIOS empreguem esforços financeiros e criem políticas públicas na área de cultura.

Esse é um dos pontos de reflexão que se percebe a partir das mudanças na rede urbana brasileira e os grandes impactos que causaram nas cidades pequenas e médias, principalmente no que diz respeito à expansão ao oeste do país. Fruto de demandas da época, como suporte ao campo e recepção de mão-de-obra que migrava para o interior do país, essas cidades vêm conhecendo nos dias de hoje a importância da rede a qual fazem parte e tem promovido, gradativamente, mudanças em suas funções urbanas. Ao mesmo tempo em que se especializam em funções varejistas, na tecnologia e beneficiamento da produção do campo, mantendo a economia local, constroem uma relação de troca de serviços e produtos entre si.



A AMERIOS como unidade de planejamento, nesse sentido, amplia as possibilidades de fortalecer os setores específicos como a cultura e a educação, já que, como percebido na análise, alguns municípios têm grande potência nesse campo. A região assim organizada, ressaltando todas as suas especificidades, passa a manter relações mais consolidadas com os grandes centros, localizados a uma distância maior, e que são fundamentais na promoção do desenvolvimento local, seja por vínculos econômicos, sociais e, ainda, ambientais. Aqui, um dos aspectos fundamentais para atingir esses objetivos, é construir políticas regionais que ampliem a acessibilidade, em todas as suas formas, a maior parte da população.

Como sugestão para trabalhos futuros, a avaliação de outros aspectos qualitativos, como políticas públicas, existência de Plano Municipal de Cultura (PMC), constituição de Conselho e Fundo Municipal de Cultura, eficiência dos meios de comunicação, e a aplicação da Lei Aldir Blanc podem contribuir para a construção deste planejamento regional. Também podem ser avaliados municípios com boas práticas culturais para inspiração de programas e projetos municipais, além do fortalecimento de parcerias.

Essas condições são primordiais para o incremento de qualidade de vida da população e a transição das cidades convencionais para cidades sustentáveis.

6. Agradecimentos

Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Pró-Reitora de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROEPPi) do Instituto Federal do Paraná (IFPR) pela bolsa concedida pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

7. Referências bibliográficas

AMERIOS (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE ENTRE-RIOS). **Municípios associados**: conheça os 21 municípios. 2023. Disponível em: www.ameriospr.com.br. Acesso em 2 out. 2023.

ARANTES, Otilia. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). 5. ed. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o Conceito de Cultura**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.



BRASIL. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001**: Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2001.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CALABRE, Lia. Gestão cultural municipal na contemporaneidade. In: CALABRE, Lia (org.). **Políticas culturais: reflexões e ações**. São Paulo: Itáu Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

DIAS, Giuslaine de O. **Skateboard para além do esporte: manifestação social e movimento cultural**. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

EDUARDO, Agnaldo A.; CASTELNOU, Antonio M. N. Bases para o projeto de centros de cultura e arte. **Revista Terra e Cultura**, n. 45, v. 23, p. 107-121, 2007.

FARIAS FILHO, José A.; ALVIM, Angelica, T. B. Higienismo e forma urbana: uma biopolítica do território em evolução. **Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 14, 2022.

FISCHER, Tânia. Prefácio. In.: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S. **Simbolismo organizacional no Brasil**. São Paulo, Atlas, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOWKINS, J. **Economia criativa: como ganhar dinheiro com ideias criativas**. Rio de Janeiro: M. Books, 2012.

ICS (INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS). **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**: perfil das cidades brasileiras. 2023. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/>. Acesso em 06 out. 2023.

ICS (INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS). **Metodologia**: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil. 2020. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology/>. Acesso em 06 out. 2023.

KAUARK, Giovana. Diversidade cultural e desenvolvimento. In: BARROS, José M. **Diversidade cultural e desenvolvimento sustentável**. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2020. p. 42-60.

MELO, Victor A.; PERES, Fabio F. A cidade e o lazer: as desigualdades sócio-espaciais na distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro e a construção de um indicador que oriente as ações em políticas públicas. **Movimento**. Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 127-151, set/dez 2005.

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS 2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

MORAES, Lucia Maria. **A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas.** Goiânia: Editora da UCG, 2003.

MUNANGA, Kabengele. O mundo e a diversidade: questões em debate. **Estudos Avançados.** v. 36, n. 105, 2022, p. 117-129.

OLIVEIRA, Marcos P. M. O funk: um ritmo musical controverso e multicultural para o nosso patrimônio. **História Em Revista,** v. 27, n. 1, 2021.

ONU BRASIL (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL). **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 06 out. 2023.

PCS (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS). **Centros culturais, casas e espaços de cultura.** 2023. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/visualizarindicador/131>. Acesso em 06 out. 2023.

PEIXOTO, Elane R.; LIMA, Carlos H. M.; PESCATORI, Carolina. Urbanização violenta: dinâmicas da segregação socioespacial em Brasília. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 18. **Anais [...].** Natal: ANPUR; UFRN, 2019.

ROLNIK, Raquel. Planejamento urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas. In: Luís Ribeiro; Orlando Júnior. (Org.) **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise.** Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles: INCT, 2015.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SARAIVA, Luiz Alex Silva. A cultura como fenômeno econômico e simbólico. In.: CARRIERI, Alexandre de Pádua; SARAIVA, Luiz Alex Silva. **Simbolismo organizacional no Brasil.** São Paulo, Atlas, 2007

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. In: ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 3. **Anais [...].** Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2007.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TOMMASI, Livia. **Cultura e juventude.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

UNESCO (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA). **Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação.** Brasília: Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, UNESCO; Boadilla del Monte: Fundación SM, 2022.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antonio A. (org.). **O espaço da diferença.** Campinas: Papirus, 2000.